


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE ARARAQUARA**
**FORO DE ARARAQUARA**
**1ª VARA CÍVEL**

Rua dos Libaneses, 1998, Térreo - Carmo

CEP: 14801-425 - Araraquara - SP

Telefone: (16) 3336-1888 - E-mail: araraq1cv@tjsp.jus.br

**CERTIDÃO**

Certifico e dou fé, que houve a manifestação das partes sobre o laudo pericial nos autos em apenso – processo 0024458-87.2011.8.26.0037, motivo pelo qual firma-se o presente termo. Nada Mais. Araraquara, 27 de julho de 2018. Eu, Regina Célia Bevilaqua, digitei.

**CONCLUSÃO**

Em 27 de julho de 2018, faço os presentes autos conclusos ao MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Araraquara, Dr. **João Battaus Neto**. O referido é verdade. Nada mais. Eu, Regina Célia Bevilaqua, digitei.

Processo nº: **0901793-18.2012.8.26.0037**  
 Classe - Assunto: **Arrolamento de Bens - Medida Cautelar**  
 Requerente: **Nilton Pedro Sedenho**  
 Requerido: **Transterra de Araraquara Terraplanagem, Construtora e Pavimentação Ltda e outros**

**DECISÃO / SENTENÇA**

Vistos

Trata-se de **Ação Cautelar de Arrolamento de Bens** aforada por **Nilton Pedro Sedenho** contra **Transterra de Araraquara Terraplanagem, Construtora e Pavimentação Ltda e Outros**.

A medida foi deferida (fls. 47).

Regularmente citado, o corréu Ariovaldo ofereceu manifestação (fls. 61/62), não opondo resistência ao pedido.

Em síntese, o relatório.

Fundamento e decido.

Cedição que os pressupostos da ação cautelar - *fumus boni*



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE ARARAQUARA

FORO DE ARARAQUARA

1ª VARA CÍVEL

Rua dos Libaneses, 1998, Térreo - Carmo

CEP: 14801-425 - Araraquara - SP

Telefone: (16) 3336-1888 - E-mail: araraq1cv@tjsp.jus.br

*juris e periculum in mora* - dizem respeito ao próprio mérito da demanda; cediço também que a sentença cautelar, naturalmente provisória, “*apenas se limita a declarar a plausibilidade da relação jurídica de que o autor se afirma titular e à existência de uma situação de perigo*”, conforme entendimento de Ovídio Araújo Batista da Silva “in” Do Processo Cautelar, Ed. Forense, 1996, pag. 171.

Quadra, por conseguinte, apenas reconhecer a plausibilidade da alegação deduzida na inicial, que no caso aqui tratado foi ratificada inclusive em segunda instância, quando restou mantida a ordem de arrolamento inicialmente deferida por este Juízo (fls. 175/180).

Ante o exposto, **JULGO PROCEDENTE** o pedido deduzido na inicial, consolidando-se a medida deferida, com o ajuste determinado no v. acórdão acima mencionado. Arcarão os requeridos com as custas, despesas processuais e honorários advocatícios que fixo em R\$ 1.500,00 com fundamento no artigo 85, § 8º do Código de Processo Civil.

P.I.

Araraquara, 27 de julho de 2018.

**João Battaues Neto**

Juiz de Direito

(assinatura eletrônica)

**RECEBIMENTO**

Em \_\_\_\_\_, recebi estes autos com a decisão supra/retro. O referido é verdade. Nada mais. Eu, Regina Célia Bevilaqua, digitei.